

**INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)</b>

**DECISÃO**

**OFÍCIO – JUNTADA.**

**INQUÉRITO – DEPOIMENTO DE  
COLABORADOR –  
ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA –  
INDEFERIMENTO.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

O inquérito foi instaurado, a pedido do Procurador-Geral da República, para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986. O Órgão acusador apontou declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da

**INQ 4435 / DF**

denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Pediu o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimento referidos.

Vossa Excelência, em 23 de junho último, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao cidadão que não detém a prerrogativa de ser investigado sob a direção jurisdicional do Supremo.

Mediante a petição/STF nº 34.794/2017, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro encaminha o Ofício nº 250/17 da Sexta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, no qual esta solicita cópia integral, preferencialmente em mídia digital, do termo de depoimento do colaborador Benedicto Barbosa da Silva Júnior, para fins de instrução do inquérito civil nº 2016.00702656, instaurado no âmbito da Instituição.

Anoto que o relator inicial, ministro Edson Fachin, em 4 de abril de 2017, à folha 18 à 22, ao autorizar a instauração do inquérito, determinou o levantamento do sigilo dos autos. Por meio da petição/STF nº 17.797, à folha 26 à 30, o colaborador Leandro Andrade Azevedo interpôs agravo interno contra esse ato. Aberta vista ao Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, mediante a petição/STF nº 22.666, apresentou contraminuta, à folha 81 à 96, requerendo o desprovimento do recurso.

Ressalto encontrar-se o incidente pendente de análise.

2. Juntem a petição e o ofício oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Indefiro, por ora, a solicitação de cópia do depoimento prestado por colaborador, para instrução de inquérito civil, ante a ausência de apreciação do agravo interno em face da decisão

**INQ 4435 / DF**

alusiva ao levantamento do sigilo dos autos.

3. Imprimam preferência, vindo-me com informações para relatório e voto em agravo.

5. Publiquem.

Brasília, 28 de junho de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator